

Estabilidade e insolvência

MARCEL DOMINGOS SOLIMEO

Econ. Brasil

O desempenho da economia brasileira pode ser considerado satisfatório em 1995 em termos de taxa de inflação e de crescimento do produto, mas esse resultado não reflete a situação das atividades produtivas ao final do ano e os custos incorridos para sua obtenção.

Embora o Produto Interno Bruto (PIB) tenha crescido no ano passado, o seu comportamento não foi uniforme ao longo do período, pois partiu de uma expansão de 10,1% no primeiro trimestre, 7,7% no segundo, caindo para 5,7% no terceiro e encerrando o exercício com cerca de 4% de incremento. Da mesma forma, a balança comercial encerrou o primeiro semestre com déficit de US\$ 4,3 bilhões, revertido para um superávit de US\$ 1,1 bilhão no segundo, em consequência da forte desaceleração da atividade econômica e das restrições às importações.

A política de contenção do consumo adotada pelo Banco Central, baseada em elevadas taxas de juro e restrições ao crédito, conseguiu atingir seus objetivos de manter a inflação sob controle e de reverter o resultado negativo da balança comercial.

Os seus custos, no entanto, foram elevados em termos de desemprego, deterioração das finanças públicas (embora os juros altos expliquem apenas parte de seu desequilíbrio), insolvência generalizada de empresas e inadimplência extremamente alta das pessoas físicas.

Foram requeridas em São Paulo 10.159 falências no ano passado contra 4.250 em 1994; as concordatas requeridas atingiram 409 contra 125 no ano an-

terior, revelando um quadro de insolvências recorde que foi generalizado em todo o Estado, conforme pesquisa da Federação das Associações Comerciais do Estado de São Paulo (Fapesp). Do lado das pessoas físicas, além do crescimento significativo dos atrasos com os cartões de crédito e com os bancos, foram incluídos no cadastro do Telecheque mais de 11 milhões de cheques sem fundos, com aumento de 110% sobre 1994, enquanto os registros recebidos pelo Serviço Central de Proteção ao Crédito (SCPC), referentes a atrasos de mais de 30 dias com as lojas, aumentaram

134%, superando a casa dos 2 milhões.

O impacto da insolvência das empresas e da inadimplência do consumidor refletiu, como não poderia deixar de ocorrer, sobre o sistema financeiro, cujas dificuldades inevitáveis do processo de estabilização foram agravadas pelo não recebimento de parcela significativa de seus créditos.

A crise de solvência de empresas e cidadãos tem várias explicações. O aumento do volume de transações a crédito e o alongamento dos prazos explica parte da mesma. Os efeitos da estabilização e da abertura da economia sobre as empresas também. A flexibilidade na concessão do crédito, com base em parâmetros anteriores à estabilização, se somou um despreparo

do consumidor para administrar seu endividamento no novo ambiente.

Creio não haver dúvidas, no entanto, de que a forma como o Banco Central procurou conter o consumo contribuiu em muito para a maior crise de insolvência e inadimplência já registrada pelos dados da Associação Comercial de São Paulo (ACSP) nos seus 35 anos de apuração. A instituição de recolhimentos compulsórios extremamente altos, até mesmo sobre empréstimos, reduzindo a capacidade de financiar dos bancos, aliada ao brutal aumento da tributação, colocaram os juros na estratos-

A FORMA COMO O BANCO CENTRAL PROCUROU CONTER O CONSUMO CONTRIBUIU PARA A MAIOR CRISE DE INSOLVÊNCIA JÁ REGISTRADA PELA ACSP

fera. Como se não bastasse, o BC interveio arbitrariamente no mercado impondo restrições a operações e atividades (crédito, leasing, factoring, consórcios) em um comportamento incompatível com sua função de guardião da moeda.

Com o bloqueio do crédito, a não ser para as empresas que tinham acesso a recursos externos, desencadeou-se um círculo vicioso no qual a falta de financiamento e os juros altos provocavam insolvência que, por sua vez, aumentava as restrições creditícias e as taxas de juro.

As medidas de "flexibilização" adotadas pelo BC têm sido tímidas, visando muito mais a aliviar a situação dos bancos do que das empresas. Os recursos liberados do compulsório têm

sido aplicados pelos bancos em títulos públicos pelo receio de emprestar a taxas que aumentam o risco de não pagamento.

A única forma de romper o "círculo vicioso" é estabelecer uma linha de crédito específica para as micro e pequenas empresas, com base na redução dos recolhimentos sobre depósitos à vista, de forma a reduzir o custo dos empréstimos e, portanto, o risco e, com isso, estimular os bancos a voltarem a financiar as empresas menores. Complementarmente reduzir a alíquota escandalosa do IOF sobre as pessoas físicas, que atinge mais fortemente as camadas de menor poder aquisitivo, que mais dependem do crédito, facilitando a renegociação dos débitos, e liberar os prazos do financiamento ao consumidor pelas instituições financeiras e a custódia de cheques para os bancos, possibilitando às micro e pequenas empresas competir com as maiores nas vendas financiadas.

Acredito que as insolvências e a inadimplência não deverão retornar aos níveis anteriores à estabilização, o que deve ser levado em conta pelos analistas de crédito, mas a sua manutenção nos patamares atuais, inviabilizará a sobrevivência das empresas de menor porte e manterá o sistema financeiro apenas financiando o Tesouro, o que, seguramente, contribuirá para agravar o desemprego.

O AUTOR

Marcel
Domingos Solimeo
é economista e
diretor do Instituto
de Economia da ACSP

